

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
CAMPUS DE GRAJAÚ  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/GEOGRAFIA**

**KARINE SILVA NUNES**

**A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS:  
entre estudantes do ensino médio e universitários**

**GRAJAÚ  
2018**

**KARINE SILVA NUNES**

**A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS:  
entre estudantes do ensino médio e universitários**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Maranhão, Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, para obtenção do Diploma de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara.

**GRAJAÚ  
2018**

**KARINE SILVA NUNES**

**A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS:  
entre estudantes do ensino médio e universitários**

**APROVADA EM: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Ramon Luis de Santana Alcântara – orientador  
Universidade Federal do Maranhão**

---

**Profa. Me. Neusani Oliveira Ives Felix  
Universidade Federal do Maranhão**

---

**Profa. Me. Danielly Morais Rocha  
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão**

## RESUMO

Este trabalho aborda a questão da política de cotas raciais para ingressar nas universidades, focando principalmente nas cotas para estudantes negros. Tem como objetivo principal a análise dos discursos de estudantes do ensino médio e universitários acerca da política de cotas. Associa esses discursos às construções sociais sobre as relações étnico-raciais, destacando a influência das instituições de ensino na formação de concepções contra ou a favor da política de cotas. Este estudo tem como fundamentação, a análise social e histórica do negro na sociedade brasileira, notadamente os pressupostos da luta pela igualdade racial, tomando a política de cotas como estratégica nesse processo. Para a construção dos dados foi realizada uma pesquisa quantitativa/qualitativa com alunos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e alunos de uma escola pública estadual a fim de entender como é formada a concepção desses estudantes sobre a política de cotas raciais. Constatou-se que há uma falta de informação nos ambientes escolares sobre as cotas raciais, essa que foi implantada em 2007 na UFMA ainda é desconhecida por muitos. Fato esse associado ao silêncio sobre as relações étnico-raciais na educação básica. Aponta que há um desconforto por parte da população em se afirmar como negro, uma problemática da identidade que interfere na construção de discursos sobre as cotas. Relaciona a construção do discurso sobre as cotas na educação básica, permeada por estes fatores, com os discursos dos estudantes universitários, que demonstram alguma alteração nos anos finais do curso. Desta forma, conclui-se que a educação para as relações étnico-raciais, na educação básica e no ensino superior, é um eixo estruturante para se pensar a realização dos pressupostos da política de cotas e da igualdade racial.

**Palavras-chave:** Cotas raciais. Educação. Identidade étnico-racial.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus, pela vida, pela coragem, saúde e por ter me mostrado por diversas vezes que isso valeria à pena. Sem ele, nada disso seria possível.

Agradeço a toda a minha família que estiveram ao meu lado e que conseguiram perceber o quanto isso era importante pra mim. São pessoas que, por diversas vezes, me encorajaram e fizeram do meu sonho o sonho deles também. Se não fosse pelo apoio de cada um de vocês eu não teria chegado até aqui. Muito obrigada por cuidarem do meu filho nos momentos em que tive que deixá-lo para cumprir minhas obrigações acadêmicas, se ele não estivesse em boas mãos, eu não conseguiria manter o foco nos estudos. Não irei citar a importância de cada um aqui, por considerar que todos saberão do que falo aqui quando tiverem acesso a esse trabalho. Mas tem uma pessoa que tenho o dever de citar seu nome aqui, meu filho Davi Lucas, que foi, mesmo que indiretamente, meu maior incentivador, sempre que eu passava por alguma dificuldade, pensar em você me motivava. Tens grande contribuição nesse trabalho.

Agradeço aos amigos que conheci na universidade, a presença e a perseverança de vocês me fizeram perceber o quanto eu estava cercada por pessoas fortes e que cada um enfrentava dificuldades para estar ali, eu não era a única, obrigada pelas palavras e o incentivo nos momentos que precisei, levarei a amizade de vocês pelo resto da vida.

Agradeço aos amigos que conheci no ensino médio e seguiram até a universidade. Foi muito bom chegar em um lugar até então desconhecido (a universidade) e ter vocês ao meu lado. Se não fosse por vocês, essa caminhada teria sido ainda mais árdua. Obrigada por terem me ajudado quando precisei me ausentar do campus. Jamais irei esquecer-me do incentivo e da ajuda para que eu continuasse enviando os trabalhos durante meu resguardo.

Agradeço a todos os professores em que tive a honra de aprender muito mais do que apenas conteúdo, aprendi com eles ensinamentos que levarei pelo resto da vida. Agradeço em especial o meu orientador, Ramon Alcântara que me ensinou, me orientou e, principalmente, me incentivou. Obrigada por acreditar tanto em mim. Eu não poderia ter escolhido ninguém melhor para construir comigo este trabalho.

Por fim, agradeço a universidade, todos os funcionários e a CAPES/ PIBID pela bolsa oferecida e, principalmente por ter me alertado através da execução do projeto para um tema tão importante, mas que passa despercebido por nossos olhos, que é o racismo. Foi através desse projeto que iniciei minha caminhada e luta contra o racismo.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....   | 7  |
| <b>2 ANÁLISE HISTÓRICA DO NEGRO NO BRASIL</b> .....                   | 11 |
| <b>2.1 História da educação dos negros</b> .....                      | 14 |
| <b>2.2 História das cotas raciais</b> .....                           | 16 |
| <b>3 OS UNIVERSITÁRIOS DIANTE DAS COTAS RACIAIS</b> .....             | 20 |
| <b>3.1 A identidade étnica</b> .....                                  | 20 |
| <b>3.2 Cotas raciais nas universidades</b> .....                      | 22 |
| <b>3.3 Os cotistas da UFMA</b> .....                                  | 25 |
| <b>4 OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DIANTE DAS COTAS RACIAIS</b> ..... | 29 |
| <b>4.1 “Moreno, pardo, café com leite. Negro não”</b> .....           | 29 |
| <b>4.2 “Cotas raciais? Nunca ouvi falar”</b> .....                    | 32 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                     | 40 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 42 |

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva abordar a questão da política de cotas raciais nas universidades, focando principalmente na questão do negro, utilizando como ponto principal a análise dos discursos de estudantes. Tem como foco buscar alcançar um entendimento sobre de que forma a sociedade e as instituições de ensino influenciam na formação de concepções contra ou a favor da política de cotas.

Pesquisar sobre a política de cotas raciais implica em investigar sobre um assunto muito polêmico ainda nos dias atuais, um assunto que resulta em muitas opiniões contrárias e a favor, onde se percebe que assim como há brancos contrários, há negros que se sentem inferiorizados por essa medida. Sabe-se também que esta medida é resultado de muita luta contra um racismo desenfreado que atinge principalmente os negros e índios. A busca por direitos iguais e por um país mais democrático deu resultado a esta e outras medidas reparatórias. Penso que através de pesquisa e debates sobre o assunto será possível promover a oportunidade de estudantes e futuros professores perceberem a importância de ações afirmativas na visão de uma sociedade mais igualitária.

O interesse em pesquisar sobre este tema surgiu através de minhas experiências em escolas públicas municipais, tanto com o estágio como com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), onde não costumam a aparecer atitudes com conotação preconceituosa e racista. Tais ocorridos me fizeram refletir sobre meu papel enquanto estudante e futura professora, e de como eu estava me comportando diante das pessoas e de suas diferenças. Durante a execução de um projeto de intervenção sobre o racismo no meu estágio, percebi o quanto o problema é ao mesmo tempo grave para uns, irrelevante para muitos, sendo que os alunos parecem considerar desnecessário o debate sobre o tema. Tais ocorridos foram essenciais para minha decisão em pesquisar mais sobre o racismo.

Através de algumas leituras, pude perceber o grande debate que há em relação as políticas de cotas raciais, onde algumas pessoas consideram esta medida uma forma de alcançar a igualdade racial, enquanto outras acreditam que causa uma discriminação contra os brancos. Assim, percebi que uma pesquisa sobre este tema, torna-se essencial, tanto para observar como os alunos e universitários grajauenses pensam a respeito das cotas, como para investigar como a presença ou ausência da educação étnico-racial no ensino fundamental e médio influencia em tal concepção.

No Brasil, mais da metade da população é negra e Grajaú possui cerca de 67,5% (IBGE, 2010) de pessoas desta etnia. No entanto, após algumas observações em escolas

públicas através do estágio, podem-se notar indícios de racismo na escola, sendo que os reflexos desse tipo de atitude são percebidos também pela dificuldade que os alunos encontram para se afirmar como pertencentes à determinada etnia. É perceptível a presença de heranças históricas usadas para desmerecer ou inferiorizar sujeitos, a partir de um viés étnico. Silva (2010, p. 68) acentua que “o Brasil seria o solo propício para uma sociedade mais democrática em termos raciais, visto ser fundada sobre a mestiçagem”, mas o que vemos é totalmente o contrário, esta cultura racista vivida no Brasil é responsável pela não identificação de pessoas com a etnia negra.

A investigação deste tema é indispensável para que se faça uma análise sobre as conquistas dos negros ao longo da história, pois segundo Alcântara (2015), antes da implantação, o percentual de universitários negros era de apenas 4%. Através disto compreende-se que a presença de pessoas negras nas universidades era muito pequena. Ainda que pesquisas comprovem que a partir do surgimento dessas políticas o índice de estudantes negros nas universidades tenha aumentado consideravelmente, há uma grande discussão entre pessoas que são “a favor ou contra” a política de cotas raciais.

Em um país diverso como o nosso, as políticas afirmativas apresentam, ao cabo, a vantagem adicional de, ao reparar uma situação de flagrante, descortinar uma realidade racial, sem dúvidas, complexa, mas que tem sido tratada de forma dissimulada ao longo da história brasileira. Carneiro (2006) afirma que as cotas têm como finalidade atribuir um fim às máscaras embuçadas sobre a questão racial no Brasil.

Conforme foi citado, há uma polêmica no que se refere às cotas raciais, sendo que os principais discursos contrários à política de cotas se pautam basicamente em dois argumentos: o de que ao invés do ingresso de negros através da política de cotas, o essencial seria a melhoria do ensino fundamental e médio no Brasil voltado a garantir a equiparação de saberes para os alunos que pretendem ingressar em uma universidade; e o segundo, de que no Brasil a diferenciação entre os ingressantes em uma universidade e aqueles que não conseguem sucesso, estaria pautada na diferença econômica, ou seja, a entrada em uma universidade pública dependeria exclusivamente do poder aquisitivo do aluno e da economia despendida em sua formação escolar.

Há também um número de pessoas negras que prefere não utilizar as cotas para ingressarem nas universidades, pois acreditam que a política de cotas representa um preconceito contra eles, e que essa medida os considera incapazes de competir por uma vaga com os brancos.

Em contrapartida, os que se declaram “a favor” utilizam o argumento de que a medida representa uma discriminação positiva, visto que tem como fim superar ou amenizar as desigualdades sociais que as minorias vivenciam.

Mais da metade da população brasileira é negra e, no entanto, percebemos que a maioria das pessoas que ocupa setores privilegiados, mídias e outros é constituída por brancos. A maior parte da população que vive em situação economicamente vulnerável (mesmo sendo a maior parte da massa trabalhadora do país), com salários baixos e baixo nível de escolarização, é constituída por negros. Tendo em vista estas afirmações, podemos observar que a política de cotas raciais é uma medida que pode transformar a realidade vivida de desigualdade, em uma realidade mais justa e inclusiva.

Dito isto, é de extrema relevância uma pesquisa na qual se busque saber mais sobre como os jovens negros de escola pública estadual compreendem a política de cotas das universidades, e se eles têm algum interesse em utilizá-las para alcançar o ensino superior. Também considero importante saber mais sobre como os alunos negros (os cotistas e os não cotistas) da UFMA pensam esta política.

Assim, um estudo sobre esta questão se torna indispensável para que tenhamos uma dimensão ainda maior sobre como a população negra encara esta política, pois, além de examinar suas concepções, espera-se que com esta pesquisa, possamos alcançar um número ainda maior de pessoas negras dentro da UFMA no campus de Grajaú, através das cotas raciais.

Neste contexto, o trabalho tem como objetivo analisar os discursos sobre a política de cotas raciais na universidade entre estudantes negros do ensino médio e estudantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), além de relacionar as concepções dos estudantes sobre as cotas raciais ao processo de educação étnico-racial no ensino médio, comparando os discursos sobre as cotas raciais dos estudantes do ensino médio com os discursos dos universitários. Busca-se ainda demonstrar os principais argumentos pró/contra a política de cotas raciais e suas relações com as concepções sobre diversidade étnica entre os estudantes.

A metodologia utilizada para a coleta de dados foi a aplicação de questionários de múltipla escolha realizados nas séries finais do ensino médio em uma escola da rede estadual e na Universidade Federal do Maranhão – Campus Grajaú, com alunos do curso de licenciatura em Ciências Humanas.

Para uma melhor compreensão, a organização do trabalho se deu da seguinte forma: no primeiro capítulo, faço um breve resumo da história do negro no Brasil, a história da

educação do negro e falo brevemente do processo de implantação das cotas raciais; no segundo capítulo, analiso os dados coletados na pesquisa realizada na UFMA. No terceiro capítulo, analiso os dados dos alunos de ensino médio da rede pública de ensino; e por último, nas considerações, finalizo comparando os resultados e apresentando minhas concepções sobre o resultado.

Acredito que embora muitos já conheçam a história do negro, é importante discuti-la neste trabalho para que possamos contextualizar e relacionar a realidade vivida hoje com possíveis heranças históricas.

## 2 ANÁLISE HISTÓRICA DO NEGRO NO BRASIL

A história do negro no Brasil inicia-se com o período de escravidão, que pode ser compreendido como um sistema de trabalho onde o indivíduo (denominado escravo) é propriedade de outro e assim pode ser doado, vendido, emprestado e etc. Neste sistema, o escravo não possui direitos legais, apenas deveres. No Brasil, a escravidão teve início por volta da primeira metade do século XVI e os principais afetados por esse sistema de trabalho eram africanos e indígenas.

De acordo com Fausto (1995), os portugueses tinham conhecimento das habilidades dos africanos, que possuíam o domínio do ferro e eram adaptados a criação de gado, algo que os tornaram preferíveis em relação aos nativos. Ainda segundo o autor, estima-se que foram trazidos para o Brasil cerca de quatro milhões de africanos para serem escravizados.

Após a chegada dos portugueses ao Brasil, eles sentiram a necessidade de conseguir mão de obra para o trabalho pesado e foi a partir daí que começou o tráfico de africanos para o Brasil. Estes eram vendidos por valores que variavam de acordo com o gênero e a condição física. A transportação dos africanos da África até o Brasil era feita através dos chamados navios negreiros e as condições eram desumanas. A partir de então começa a trajetória do negro no Brasil, que até hoje é repleta de dificuldades e resistência. Os maiores pontos de importação de africanos eram Salvador e Rio de Janeiro (FAUSTO, 1995).

Durante o período de escravidão, os africanos eram totalmente proibidos de praticar suas religiões e qualquer ritual de tradições africanas. Tinham que seguir a religião católica, imposta pelos senhores de engenho, além de adotar a língua portuguesa na comunicação.

Os escravizados eram assombrados pela presença dos castigos físicos e de punições públicas. Várias foram as formas de humilhação. O tronco, o açoite, as humilhações, o uso de ganchos no pescoço ou as correntes presas ao chão representavam a violência a que eram submetidos. Evidencia-se que a escravidão é um sistema que só funciona com a presença da violência.

Ainda assim é preciso destacar o papel importante das revoltas e das rebeliões, formas de resistência à exploração imposta. Homens e mulheres cativos não foram passivos ao sistema a que foram submetidos reagindo das mais variadas formas.

De acordo com Marquese (2006), “a Guerra dos Palmares foi um dos episódios de resistência escrava mais notável na história da escravidão do Novo Mundo” (p. 107). Ainda que não haja estudos precisos sobre a quantidade de pessoas que viviam no quilombo, acredita-se que havia mais de seis mil habitantes e o máximo de 30 mil pessoas. A origem do

quilombo ocorreu por volta do início do século XVII. Ainda de acordo com o autor, a formação do quilombo se deu apenas no contexto da invasão holandesa de Pernambuco, quando diversos escravos se aproveitaram das desordens militares e fugiram para o sul da capitania.

O quilombo de palmares foi um dos primeiros grandes movimentos de resistência dos negros no Brasil, onde o principal objetivo era fugir da vida tão sofrida a qual esses eram submetidos. As jornadas de trabalho durante a escravidão chegavam a 18 horas diárias e as refeições não eram oferecidas nos horários adequados. Devido a esses e outros maus tratos, as únicas alternativas era a tentativa de fuga.

Marquese (2006, p. 108) ainda acrescenta que:

Nas décadas de 1670 e 1680, os africanos, crioulos e descendentes alojados em Palmares eram vistos pelas autoridades metropolitanas como “holandeses de outra cor”, por conta da ameaça que representavam à ordem colonial portuguesa na América. Sua derrota pela força das armas só ocorreu em meados da década seguinte, após um conflito secular com dois dos maiores poderes coloniais europeus do mundo moderno.

A derrota do quilombo do Palmares foi um grande impulsionador de mais movimentos de resistência negra, principalmente por volta do século XVIII, com o aumento do volume do tráfico negreiro transatlântico e a formação dos núcleos mineratórios no interior do território, assumindo diferentes modalidades de norte a sul da América portuguesa. Após Palmares, dizem, houve uma progressiva especificação das funções do capitão-do-mato — responsável legal nas diferentes localidades da América portuguesa pela captura de escravos fugitivos — e delimitação, nas letras da lei, do que seria uma comunidade quilombola. A institucionalização da figura do capitão-do-mato e a definição de quilombo como qualquer ajuntamento composto de alguns poucos escravos fugitivos teriam tolhido, já no nascedouro, a formação de comunidades rebeldes com as proporções de Palmares.

Após cerca de 300 anos de escravatura, em 1888, a princesa Isabel decretou o fim da escravidão através da Lei Áurea, isso sendo o resultado das transformações econômicas e sociais que começaram a ocorrer a partir da segunda metade do século XIX e que culminaram na crise do Segundo Reinado e conseqüente derrocada do regime monárquico.

O processo de fim da escravatura não ocorreu de forma rápida e definitiva, há quem acredite que até nos dias atuais exista escravidão. Após finalmente a chamada carta de alforria ser decretada, os escravizados se tornaram livres, no entanto, sem nenhum tipo de apoio do governo. Houve então uma dispersão de pessoas para as mais diversas regiões do Brasil, principalmente o Nordeste. A abolição da escravatura, de certa forma, mudou pouco a vida das pessoas que viviam sujeitas a esse regime, já que mesmo “livres”, eles tinham dificuldade

em encontrar empregos e quando encontravam, eram mal remunerados. Ou seja, a desigualdade social continuara, e o fim da escravatura tornara-se pouco mais do que um papel assinado que pouco muda a vida daqueles que foram escravizados.

No período pós-abolicionista, os bairros rurais negros passaram a estabelecer relações de troca ou comércio com pequenos comerciantes de municípios vizinhos. A existência de dois portos lacustres na comunidade de Morro Alto, onde algumas pessoas mais velhas escoavam a sua produção de laranjas, reforça a interação existente entre a comunidade de negros e as vilas vizinhas (MULLER, 2005). O “isolamento” dessas comunidades negras rurais pode ser atribuído, em parte, às impressões de senso comum da sociedade. Isso se dá em razão do imaginário branco conceber tais grupos como um todo fechado, primitivo, integrado de tal forma à natureza que se confunde com ela. No caso de Morro Alto, muitos negros, que haviam sido escravizados e que permaneceram na região após a abolição, passaram a travar relações de cordialidade com seus ex-senhores e descendentes, para negociar a permanência naquele território (MULLER, 2005).

O surgimento do movimento negro no Brasil ocorreu de forma reduzida e ocorria de forma clandestina, uma vez que seu surgimento se deu ainda no período escravista. Foram muitos os personagens que impulsionaram esse movimento que teve como primeiro ato o quilombo de palmares.

O movimento negro iniciou-se por volta do início do século XX e durante parte do século XX, já circulavam jornais e revistas voltados aos negros. Os periódicos foram fundados por associações dos mais diversos tipos, desde carnavalescas até literárias. As publicações começaram com o intuito de discutir a vida da população negra em geral e promover assuntos interessantes à época e seguem como uma forma de organização e mobilização política da sociedade civil centrada em uma identidade étnico-racial negro, afrodescendente, afro-brasileiro, visando a luta contra a discriminação racial dos negros em diferentes instituições e espaços sociais. O movimento tem como meta a perspectiva da igualdade e da justiça social entre negros e brancos. De acordo com Domingues (2007), naquela época, as mulheres negras ultrapassavam uma importância simbólica no movimento negro, sendo que eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, sendo que elas faziam o movimento.

Os movimentos negros no Brasil tem uma história de discontinuidades e de posturas políticas bastante diferentes. Eles costumam ser divididos, em linhas gerais, em quatro períodos principais: 1) República Velha (1889-1930); 2) Revolução de 1930 ao Estado Novo

de Getúlio Vargas (1930-1937); 3) Da democratização ao Golpe Militar (1945-1964); 4) Da abertura política (1978/79) ao contexto atual (DOMINGUES, 2007).

Domingues (2007) ainda acrescenta que de maneira ainda pouco expressiva, historicamente denúncias de racismo já apareciam ao longo de todo período histórico, bem como a luta contra o preconceito por parte de algumas dessas organizações, principalmente por meio dos jornais escritos pertencentes a esses clubes e grêmios ou de forma independente.

Quadro 1: Fases do Movimento Negro Brasileiro

| Movimento Negro Brasileiro              | Primeira Fase (1889-1937)                     | Segunda Fase (1945-1964)                                    | Terceira Fase (1978-2000)   |
|---|---|---|---|
| Conjuntura internacional                | Movimento nazifascista e pan-africanista      | Movimento da <i>negritude</i> e de descolonização da África | <i>Afrocentrismo</i> , movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e de descolonização da África.       |
| Principais termos de auto-identificação | Homem de cor, negro e preto                   | Homem de cor, negro e preto                                 | Adoção “oficial” do termo “negro”. Posteriormente, usa-se, também, o “afro-brasileiro” e “afro-descendente” |
| Causa da marginalização do negro        | A escravidão e o despreparo moral/educacional | A escravidão e o despreparo cultural/educacional            | A escravidão e o sistema capitalista  |

Extraído de: Domingues, 2007.

O quadro acima montado por Domingues (2007) nos mostra que segundo o autor, o movimento negro pode ser dividido em três momentos, onde em cada um deles há anseios diferentes, mas sempre uma busca pela igualdade e contra o racismo que ocorre diferentemente em cada período. Destaca-se ainda que em cada um desses períodos a escravidão aparece como causa da marginalização do negro.

## 2.1 História da educação dos negros

A educação dos negros no Brasil também é marcada pelo racismo e por severas dificuldades de acesso. O decreto nº13331 de 17 de fevereiro de 1854 estabelecia que não seriam admitidos escravos nas escolas públicas do país e a previsão para a instrução de

adultos negros dependia da disponibilidade de professores. Na sala de aula, não se conta, ainda hoje, a história social do negro.

A Constituição de 1824 restringiu o acesso à escola formal somente aos cidadãos brasileiros. Essa restrição automaticamente interditava o ingresso da população escrava ao sistema oficial de ensino, visto que, a grande maioria dos escravos era de origem africana.

A Reforma de Couto Ferraz, pelo Decreto 1.331/1854, estabeleceu a obrigatoriedade e gratuidade da escola primária para crianças maiores de 07 anos, inclusive libertos, desde que provenientes de família com algum recurso. No entanto, não seriam admitidas crianças com moléstias contagiosas, nem escravas. Essa reforma, além de associar (implicitamente) as crianças escravas às doenças contagiosas não previam nenhum tipo de instrução destinada aos adultos.

Segundo Fonseca (2000), o que veio a acontecer em 1870, pela apresentação do projeto de lei que abolia a escravidão do ventre da mulher cativa, e dividiu a opinião dos parlamentares, que não se relacionava à necessidade de educação, pois praticamente todos concordavam que isto seria de importância para os negros escravizados e seus descendentes. O problema maior era quanto a “quem” caberia educar ou cuidar das crianças nascidas das escravas que continuariam sob a tutela de seus senhores. Porém, a pressão dos senhores de escravos levou os parlamentares a aceitarem a modificação na proposta apresentada: de acordo com a Lei nº 2040, aprovada em 28 de Setembro de 1871, toda criança nascida de uma escrava passava a ser considerada livre, mas deveria ficar sob a tutela do dono de sua mãe até a idade de oito anos. Após essa idade, o senhor teria o direito de entregar a criança ao governo e receber uma indenização (seiscentos mil réis) ou contar com os trabalhos da criança até que esta completasse a idade de vinte e um anos. Caso optasse pela indenização, o menor deveria ser entregue ao Estado que deveria encaminhá-lo a associações responsáveis por sua criação, até que atingisse a idade adulta. A educação, só ficaria garantida às crianças que fossem entregues ao governo. Poucas crianças foram confiadas ao Estado, portanto, a maioria continuava nas senzalas recebendo o mesmo tipo de tratamento dirigido aos escravos até completarem vinte e um anos, o que revela o fato de, apesar de nascerem livres, essas crianças eram devolvidas à escravidão.

De acordo com Cruz (2005), em 1871, em Campinas, além de haver escolas primárias particulares para filhos de famílias com poder aquisitivo, havia também algumas escolas públicas para a população de “negros libertos” e escravos. Segundo essa autora, este dado contraria o que sempre se afirmou sobre escravos

que tiveram liberdade de instrução em Campinas a partir do ano em que entrou em vigor a Lei do Ventre Livre, 17 anos antes da libertação da escravidão brasileira.

Não precisamos de muito para imaginar a situação a qual as pessoas que possuíam pele mais escura e conseguiam frequentar escola eram sujeitas. Se levarmos em conta a situação atual, onde mesmo depois de muitos avanços há grande preconceito e discriminação contra o negro, a anos atrás isso era ainda mais frequente.

O texto contido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) afirma que são necessárias políticas de ações afirmativas que visem reparar e reconhecer a história, cultura e identidade. Trata-se de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagir na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

A Lei de nº 10.639/03 determina que todos os estabelecimentos de ensino se comprometam a implantar, em seu Projeto Político Pedagógico, ações que possam intervir sobre a visão do senso comum com relação a críticas mistificadas acerca da questão étnico-racial, por meio de projetos, oferecendo, assim, mais informações sobre essa temática (DURANS, 2015). Ações como essas visam possibilitar que os alunos desconstruam pensamentos racistas que inevitavelmente a sociedade traz consigo.

## **2.2 História das cotas raciais**

A discussão sobre a implantação das cotas raciais no Brasil iniciou-se a partir da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial Xenofobia e Intolerâncias Correlatas que ocorreu em Durban na África do Sul, onde foi decidido que todos os países que mantiveram seres humanos em escravidão, deveriam implantar políticas públicas que compensassem, ou melhor, que corrigissem as desigualdades (SILVA, 2010). A partir de então, o Brasil começou a planejar formas de correção das desigualdades étnico-racial, de forma que foram implantadas novas leis, tais como, por exemplo, a que obriga que o ensino

básico ofereça aula de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e as ações afirmativas.

As universidades brasileiras foram aderindo gradativamente a política de cotas, a princípio de forma voluntária, por meio da reserva de vagas ou da metodologia de bonificação, a maioria delas avaliou de forma positiva os resultados obtidos. Afinal o mito de que cotistas poderiam piorar a qualidade de ensino e o nível de desempenho dentro da universidade fora superado. Só em 2012 esta medida foi consolidada pela Lei nº 12.711/2012, na qual todas as instituições federais são obrigadas a destinar pelo menos 50% de suas vagas oferecidas para as cotas. As cotas raciais representam instrumento de ação afirmativa utilizado pelas universidades públicas brasileiras, cujo objetivo é favorecer grupos considerados historicamente excluídos e discriminados, em função da suposta raça a que pertenceriam. Notadamente, o principal alvo dessas políticas públicas, no Brasil, são aqueles indivíduos considerados como pertencentes às etnias negra e indígena.

Ainda que esta medida esteja no Brasil desde 2003, ainda há polêmica em torno da implantação das políticas de cotas, principalmente no que tange às cotas raciais. Há inúmeros argumentos sobre a implantação desta medida, tanto críticas negativas quanto favoráveis. Campos (2012) afirma que os principais argumentos positivos sobre as cotas se voltam para o fato de que elas são úteis para corrigir um processo histórico de inferiorização de algumas etnias. Em contrapartida há um grupo que afirma que elas rompem um processo republicano de igualdade social.

É sabido que os negros e os brancos ainda vivem em condições desiguais, tanto no que se refere a renda, quanto em acesso à educação e demais serviços sociais. Desta forma, as cotas constituem a maneira mais ágil de correção, pois possibilita uma maior oportunidade do ingresso do negro ao ensino superior (CAMPOS, 2012). As ações afirmativas são essenciais para que haja uma igualdade entre raças, isso, pois se sabemos que os negros não possuem um acesso ao ensino fundamental e médio com a mesma qualidade dos brancos, conseqüentemente, eles terão menos oportunidade de acesso ao ensino superior. As ações afirmativas garantem uma condição igualitária, para que tanto brancos, como negros e indígenas tenham oportunidade de formação superior.

Alcântara (2015) nos mostra que em sua pesquisa encontrou um discurso bastante comum dos que são contrários à política de cotas, a saber, o argumento de que o negro, por não ter uma educação de qualidade nos ensinos fundamental e médio, não conseguirá se manter na universidade. Entendemos que este discurso não se fundamenta, pois, pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) comprovam que em algumas instituições

(UFBA, Unicamp), nos anos de 2005 e 2006, alunos cotistas obtiveram rendimentos iguais ou superiores ao de alunos não cotistas. Como Alcântara (2015), acredito que o argumento de que o negro não consiga se manter na universidade é resultado de heranças coloniais pelas quais o negro é tido como inferior intelectualmente, possuindo capacidade apenas para serviços braçais.

Um aspecto bastante relevante da importância das cotas raciais é o enfrentamento das desigualdades vividas pela população negra, que também é ocasionada pelo incentivo e privilégios designados a determinados grupos, conseqüentemente a desvalorização do negro, além de uma visão estereotipada de sua cultura (MACIEL, 2009).

A princípio, para ingressar na universidade pela política de cotas, o aluno tinha que passar por uma comissão para a verificação racial, na qual era avaliado se ele realmente pertencia a tal etnia. Esta medida trouxe bastante polêmica, pois definia a raça/etnia, levando em conta a tonalidade da pele. Nos dias atuais, não há mais uma comissão avaliadora, e o aluno, para ingressar através das cotas, precisa apenas preencher uma declaração de autoafirmação.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a política de cotas funciona atualmente da seguinte forma: pelo menos 50% das vagas devem ser reservadas para as cotas. Há uma subdivisão desses 50%, sendo que metade é destinada a estudantes que tem uma renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio, e a outra metade seria destinada a estudantes com renda superior a esse valor. Dentro de cada subdivisão é “levado em consideração um percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e índios no estado, de acordo com o último censo demográfico do IBGE” (ALCÂNTARA, 2015, p. 104).

As discussões sobre a implantação de políticas de cotas na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) começaram em 2004. A UFMA adotou a política em 2006 e em 2007, contou com o número de “7 indígenas, 55 deficientes, 930 negros, 3.948 oriundos de escolas públicas e 12.730 na categoria universal” (MACIEL, 2009). De acordo com Maciel (2009), no ano de 2002, 75,1% da população do Maranhão era negra, no entanto na UFMA, 42,8% dos estudantes eram negros e 47% brancos. Percebe-se assim que a quantidade de negros na instituição é muito pequena ao compararmos com a população geral. Isso é reflexo da pouca acessibilidade de negros na instituição, antes da implantação das cotas na universidade.

A elaboração da proposta foi conduzida por pesquisadores que integram o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro (NEAB), núcleo formado, em sua maioria, por professores e estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação da UFMA e que se caracteriza como um grupo que desenvolve pesquisas acadêmicas voltadas para os estudos das populações afro-

brasileiras em suas diversas perspectivas. A dinâmica dos estudos desenvolvidos pelo NEAB e o papel político por ele assumido na referida universidade o aproximou dos debates sobre políticas focalizadas para a população negra e contribuiu para a definição dos eixos do programa de ações afirmativas da UFMA.

Nunes (2011), afirma que o processo de implantação das cotas na UFMA começou tardiamente, se levarmos em conta que é um estado com um grande número de pessoas negras. Um dos fatores que influenciou na implantação das cotas na UFMA foi a realização do III Congresso de Pesquisadores Negros (COPENE), que tinha como um dos seus objetivos ampliar a participação de alunos negros na universidade, para que assim pudesse aumentar o número de intelectuais negros. Este congresso foi responsável pela implantação das ações afirmativas em muitas universidades do Brasil, além de ter influenciado o NEAB, pois proporcionou que a partir do evento os pesquisadores mantivessem mais contato com estudiosos sobre as relações étnico-raciais, assim como a importância de medidas que propusessem e facilitassem o acesso de negros nas universidades (MACIEL, 2009). O professor Carlos Benedito Rodrigues da Silva, então coordenador do NEAB, é um dos mais importantes idealizadores da política de cotas na UFMA.

### 3 OS UNIVERSITÁRIOS DIANTE DAS COTAS RACIAIS

Neste capítulo, procurei refletir sobre os futuros professores de Grajaú, discutindo sobre seus conhecimentos acerca das questões étnico-raciais e de como o curso de licenciatura os prepara, ou não, para uma diversidade étnica. Assim, analiso sobre qual o conhecimento que eles possuem sobre a identidade étnica, comparando os acadêmicos que estão começando o curso, com aqueles que já estudaram disciplinas sobre questões raciais presentes na grade do curso. Um outro ponto analisado é o conhecimento sobre as cotas raciais para índios e negros entrarem na Universidade, já que, embora todos tenham escolhido uma forma de ingresso na Universidade, muitos afirmam não conhecer essa lei.

Acredito que uma análise sobre como esses futuros professores pensam questões como essas nos retrate um pouco sobre como as escolas e a universidade abordam, ou não, questões relacionadas a diversidade étnica.

#### 3.1 A identidade étnica

A cidade de Grajaú, assim como outras cidades do Brasil, possui uma grande diversidade étnica, diante da mestiçagem dos povos. De acordo com o IBGE (2010), a cidade constitui-se por cerca de 67,5% de pessoas negras, 25,5% brancos e 7% indígenas. A tabela abaixo nos mostra como os acadêmicos da UFMA se declaram, utilizando os termos utilizados pelo IBGE.

Tabela 01: Identificação étnico-racial dos acadêmicos da UFMA

| De acordo com os termos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para indicar a questão étnico-racial, qual “cor ou raça” você se identifica? |                           |
|---|---------------------------|
| Opções  | Quantidade em porcentagem |
| Amarela   | 7,69%                     |
| Branca  | 17,31%                    |
| Indígena  | 3,85%                     |
| Parda   | 59,62%                    |
| Preta   | 11,54%                    |
| Não sei responder   | 0%                        |
| Total   | 100%                      |

Fonte: Autora, 2018.

Como podemos perceber, os números se assemelham aos do IBGE, já que 71.16% se declaram como negros (somando pardos e pretos), 25% se declaram como brancos (amarelos e brancos) e 3,85% indígenas. Diante dos dados expostos, percebemos que os dados gerais do município se equiparam com os dados encontrados na Universidade.

Ao analisar os números comparando as respostas de acadêmicos que estão nos primeiros períodos do curso aos que estão nos períodos finais, há que ser levado em conta que nas turmas que estão iniciando, mesmo sendo a mesma quantidade de turmas, há mais do dobro de alunos em comparação as duas turmas que estão nos últimos períodos. Nas turmas de 2015 e 2016, 69 alunos responderam ao questionário, desses, 39 (56,52%) alunos se declaram como pardos, 14 (20,29%) afirmaram ser brancos, 7 (10,14%) amarelos, 6 (8,70%) pretos e 3 (4,35%) indígenas. Nos alunos das turmas 2013 e 2014, foram 35 questionários respondidos onde 22 (62,86%) se disseram pardos, 6 (17,14%) pretos, 5 (14,29%) brancos, 1 (2,86%) amarelo e 1 (2,86%) indígena. Ao analisar esses números, me deparei com uma situação muito comum nos dias atuais, a fuga da cor preta, isso porque ao andar pelos corredores da universidade, percebo que, levando em conta a tonalidade de pele, há mais acadêmicos pretos do que foi constatado pelos questionários, principalmente nas turmas que estão nos períodos iniciais. Falarei mais sobre esse receio em se afirmar enquanto preto no próximo capítulo, ao analisar os questionários do ensino médio.

Um ponto pertinente nessa comparação é que há muito mais indígenas nos primeiros períodos do curso (3), sendo que nas turmas que estão nos semestres finais apenas 1 pessoa se identifica como pertencente a essa etnia, e essa pessoa não possui uma vivência próxima com a cultura desse povo, pois se considera pertencente apenas por possuir um parentesco distante. Aponto esse dado por perceber a dificuldade desses povos em se manterem na universidade, já que houve pessoas indígenas que entraram na universidade, mas desistiram devido à dificuldade em se manterem no curso. Isso ocorre pelas mais diversas causas, desde os olhares de estranheza, não facilmente percebidos.

O número de universitários que se declaram pardos foi a maioria 59,62%, sendo que é importante ressaltar que na cidade de Grajaú há um mal uso dessa denominação, já que pessoas com a tonalidade de pele branca e com cabelos lisos e de cor escura, geralmente se declaram como parda, e ainda há aqueles que possuem cor de pele preta, mas se declaram pardas porque consideram a cor preta “algo inferior”. Para o IBGE, parda é, na definição do manual é uma mistura de cor, ou seja, é uma pessoa gerada a partir de alguma miscigenação.

Ainda sobre a tabela acima, destaco o fato de nenhum universitário ter respondido que não sabe identificar sua cor. Digo isto porque em minhas experiências e em pesquisas no

ensino médio é muito comum alunos que não sabem sua cor e que demonstram dificuldade em responder perguntas com esta.

Analisar essa questão da cor ou raça é um ponto que considero importante para seguir com o foco das cotas raciais, isso porque a forma com que as pessoas se identificam, geralmente, facilita nossa compreensão acerca dessa política. Diante disto, usarei essas respostas para relacioná-las a opinião acerca das cotas ao longo desse capítulo.

### 3.2 Cotas raciais nas universidades

As cotas raciais, como já foi dito, são alvo de polêmica até os dias atuais. É muito comum que pessoas não as conheçam, isso porque as escolas ainda não estão habituadas a falarem da temática. Por esse motivo, resolvi começar a falar sobre o tema, interrogando se os universitários conhecem as cotas, uma vez que embora a UFMA - Grajaú possua essa política para ingresso, ainda há acadêmicos que desconheçam essa lei.

No que se refere ao conhecimento da lei de cotas raciais percebe-se que há um conhecimento por parte dos universitários, já que 76,92% dizem conhecer a política, e 20,19% afirmam não conhecer, 1,92% afirma que conhece apenas para indígenas e 0,96% conhecem apenas para negros. Ao analisar sobre qual a resposta dos alunos que estão na UFMA há mais tempo, apenas 1 aluno afirmou não conhecer a política de cotas e 1 disse que conhece apenas para negros, ao passo que 34 afirmaram que conhecem a lei. Ou seja, percebemos que esses alunos que já vivenciam o ambiente acadêmico há mais tempo têm mais facilidade de acesso a informações como essa, em comparação ao ensino médio, e aos alunos recém-chegados a universidade e que não tiveram as disciplinas que abordam tais temas.

Tabela 02: Opinião dos alunos da UFMA em relação à política de cotas.

| <b>Você concorda com a política de cotas raciais para estudantes negros e índios entrarem na universidade?</b> |                             |
|--|-----------------------------|
| <b>Opções</b>  | <b>Quantidade de alunos</b> |
| Sim  | 57,69%                      |
| Não  | 26,92%                      |
| Somente para negros  | 0%                          |
| Somente para índios  | 1,92%                       |
| Não sei responder  | 13,46%                      |
| Total  | 100%                        |

Fonte: Autora, 2018.

Em seguida, pergunto se os universitários concordam ou não com a Lei nº 12.711/2012 que determina que as universidades utilizem as cotas raciais como forma de ingresso na instituição. Nessa pergunta, como podemos observar na tabela acima, 57,69% dos entrevistados afirmaram concordar com a política de cotas raciais, 26,92% afirmam não concordar, 13,46% disseram que não sabem responder e 1,92% concordam apenas para índios. Percebemos assim que a maioria concorda com a política. Do total de 104 alunos que responderam ao questionário, 26 não quis ou não soube justificar sua opinião contra a política de cotas.

Assim como Maciel (2009), acredito que os debates ganham mais impulso a partir dos muitos desafios enfrentados, especialmente, no que se refere à democratização ampla do espaço acadêmico.

As justificativas para a resposta na tabela acima são muito parecidas entre si, para concordância ou discordância, e geralmente estão relacionadas ao termo utilizado de “direitos iguais”. Um dos principais argumentos daqueles que não concordam é o de que tal política fere a igualdade entre as pessoas. Constatamos que o conceito de igualdade formal é direcionada ao Estado, com o objetivo de proibir tratamento diferenciado às pessoas, com base em critérios como suas convicções políticas, morais, filosóficas ou religiosas, sua raça, sexo ou classe social. O conceito clássico de igualdade mostrou-se desconectado com o emergente Estado Social, que foi marcado pelo avanço dos movimentos a favor da mitigação das injustiças sociais e combate às desigualdades. A ideia de que a igualdade se resume a uma dimensão formal, manifestada na vedação de privilégios pessoais mostrou-se insuficiente para realizar a igualdade em todas as suas potencialidades, denunciando a derrocada da visão liberal do princípio isonômico.

Nesse aspecto da judicialização das cotas sócio raciais, a questão do “ser negro” ganhou nuances relacionadas não apenas com a autodeclaração, mas também com os traços fenotípicos que colocavam um candidato como “negro”, bem como a questão da afroconveniência, expressa quando alguém se declara negro apenas para conseguir se utilizar dos benefícios que os mesmos arduamente lutaram para ter.

Um outro argumento que não demora a aparecer é o de que todos tem a mesma capacidade, como o desse acadêmico que diz: “*(Não) pois os índios ou negros têm a mesma capacidade da qual o branco também tem. E sendo por essa política de cotas onde já se inicia o preconceito, racismo pois todos temos direitos iguais, independente de cor, raça*”. No entanto, as cotas não são para delimitar que pessoas negras e indígenas sejam incapazes, pelo contrário, ela só quer mostrar que eles são sim, capazes e precisam apenas de

oportunidades, pois já que eles são capazes, mas ainda assim não estavam presentes nas universidades constatou-se que havia algo que estava impedindo o ingresso dessas pessoas.

Trata-se de políticas e mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito.

Falar de cotas raciais é o mesmo que falar de equidade, que visa oferecer oportunidades diferentes para pessoas diferentes, considerando suas particularidades, dificuldades individuais.

Um outro acadêmico argumenta que: *(Não) Por que cotas já seriam uma forma de racismo indiretamente, acredito na capacidade de todos para conseguir vagas em universidades sem a necessidade de cotas*". Esse é outro argumento muito comum entre aqueles que não concordam com as cotas, afirmando que é uma forma de racismo reverso. Chamamos isto de discriminação positiva, onde há um tipo de discriminação que tem como finalidade selecionar pessoas que estejam em situação de desvantagem, tratando-as desigualmente e favorecendo-as com alguma medida que as tornem menos desiguais. Essa é a ideia das cotas, discriminar para consertar as desvantagens existentes até hoje de povos que sofreram e sofrem com preconceitos ao longo da história do nosso país. Campos (2012) destaca que as cotas significariam uma medida específica e emergencial que objetiva promover a ascensão de um grupo social e, destarte, diminuir as desigualdades detectadas.

É importante ressaltar que tanto a Constituição Brasileira (1988) como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-9394/96 LDB e o estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, asseguram à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades e a defesa de seus direitos étnicos individuais e coletivos. No entanto, essa agrupação não firma a democracia racial como realidade da sociedade brasileira, mas sinaliza um percurso a ser empreendido no sentido de efetivar a democracia como um ideal a ser perseguido e destaca a população negra como alvo a ser diretamente beneficiado, assegurando-lhe o direito de ser diferente e a efetivação da igualdade de oportunidades.

Outro acadêmico afirma que o problema seria resolvido com as cotas sociais, assim as cotas raciais são injustas, nas palavras dele *"Por que essas cotas são vistas por mim como uma forma racista, ou seja, cada aluno deveria ser classificado como pessoas pobres, sem condições e não por cor ou raça. Com isso essas cotas são formas de racismo"*, no entanto, o problema verificado ao longo dos anos antes das cotas era a ausência de alunos negros e índios nas universidades, e apenas as cotas sociais não beneficiariam esse público, já que

ainda entre pessoas da mesma renda há uma hierarquização entre negros, índios e brancos. Isso é tão notório como o racismo atualmente.

Azevedo (2004. p. 214), afirma que:

Mas eu já posso ouvir os proponentes da cota racial a reclamar de tanta ingenuidade: esforço, disciplina, talento, enfim, mérito, não existem em abstrato, assim como não passa de um mito a tradicional aspiração iluminista de igualdade de todos perante a lei. Tudo depende das oportunidades de cada um, ou melhor, do ponto de partida de cada um na grande corrida pela vida. Os “melhores”, os “vencedores”, serão aqueles que tiverem reunido a maior gama de oportunidades já ao nascer e ao longo da vida. Este, evidentemente, não seria o caso da população. Assim, se quisermos contrapor-nos ao racismo subjacente e invisível das nossas instituições, precisamos, em primeiro lugar, garantir a criação de oportunidades para os negros brasileiros, sem o que não lhes será possível vencer no cenário competitivo da sociedade moderna de livres e iguais perante a lei.

Isto nos mostra que o discurso de meritocracia é muito falho, já que ao falarmos de pessoas que tiveram oportunidades diferentes, isso torna necessário que elas sejam analisadas de forma diferente, o que por si só justificaria as cotas raciais.

Conforme citado anteriormente, os argumentos contra e pró cotas neste trabalho são bastante parecidos. Um universitário utilizou o seguinte argumento a favor das cotas: *(Sim) por que foi uma forma de dá oportunidades que antes não eram possíveis a essas raças, por causa do racismo.*” Ou seja, assim como afirma Campos (2012), os defensores das cotas baseiam suas argumentações na constatação das desigualdades entre brancos e negros, tanto nos níveis de renda quanto no acesso aos serviços sociais básicos, sobretudo à educação. Um outro acadêmico utilizou um argumento semelhante afirmando que pela dificuldade de acesso à educação, os povos indígenas e negros se tornam prejudicados, *“[...] geralmente os negros e indígenas são menos favorecidos social e economicamente, assim sua educação também é prejudicada e de baixa qualidade desfavorecendo os candidatos em eventual vestibular, assim as cotas são essenciais para uma igualdade”.*

*“Concordo pelo motivo de todos devem estudar todos tem seus direitos iguais”* foi um outro argumento utilizado. Intervenções seletivas e focais, sistemas de cotas em instituições públicas e privadas são considerados mecanismos possíveis de correção da desigualdade social, que teria na raça o seu componente mais perverso.

### **3.3 Os cotistas da UFMA**

As cotas raciais, atualmente, são baseadas na autoidentificação, ou seja, para utilizá-las é preciso apenas se identificar enquanto negro ou indígena, sem que haja uma validação da

afirmação. Tendo em vista esse fato, acredito que seja importante uma análise do perfil identitário desses universitários.

Tabela 03:Quantidade de alunos que entraram na UFMA por cotas ou não.

| <b>Você ingressou na universidade através das cotas raciais?</b> |            |            |
|--|------------|------------|
|  | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <b>Amarelos</b>  |            | 8          |
| <b>Branços</b>   |            | 19         |
| <b>Indígenas</b>   | 2          | 2          |
| <b>Pardos</b>  | 11         | 50         |
| <b>Pretos</b>  | 4          | 8          |

Fonte: Autora, 2018.

De acordo com os questionários que foram respondidos, no curso de Licenciatura em Ciências Humanas há 17 bolsistas que utilizaram as cotas raciais. Sendo desses 2 indígenas, 4 pretos e 11 pardos. A questão que nos chama atenção é que a grande maioria dos bolsistas são pardos, fato esse que aponta para a necessidade de estarmos atentos a questões de fraldes, uma vez que é possível perceber que há muitos alunos que se utilizam dessa lei a fim de benefícios próprios.

Camargo (2015) acentua que, nos relatos de alunos cotistas, constam o pouco apoio que os cotistas recebem na UFMA, afirmando que depois que entram na universidade vigora a questão da meritocracia.

Algo que pude observar durante a pesquisa foi a dificuldade dos universitários que ingressaram via cotas raciais em se identificarem como tal, já que mesmo não sendo obrigatória a identificação dos questionários, os demais acadêmicos colocaram o nome por opção, e os cotistas optaram por permanecer em sigilo. Ainda sobre a maioria de pardos cotistas, há também a falta de informação. Muitos alunos que estão saindo do terceiro ano do ensino médio não possuem conhecimento sobre cotas, não sabem em que circunstâncias elas foram criadas e também por isso optam por esse método de entrada simplesmente por ter o cabelo preto (o que para alguns simboliza ser pardo).

Aproveitando esses fatos, deixo claro aqui que a comissão de validação, que antes existia, era uma das formas importantes de evitar possíveis fraudes. Há uma luta por parte dos membros da NEAB para que se volte a utilizar esse mecanismo que poderia evitar o uso indevido das cotas, além de ser eficaz para evitar que pessoas brancas se utilizem da lei. As

cotas devem ser vistas como um meio de reparo e por esse motivo, devem ser utilizadas por pessoas que sofreram ou sofrem as consequências da sociedade racista em que vivemos.

O receio em se afirmar como cotista foi percebido não apenas nos questionários, mas também nos corredores da Universidade onde, através de conversas, pude perceber que alguns acadêmicos ficam incomodados com o fato de constar em seu histórico de curso a forma de entrada neste, sendo que a ideia de um histórico que conste “via cotas para estudantes pretos ou pardos” não parece ser algo positivo para alguns acadêmicos. Esse incômodo em ser cotista parece ser resultado do preconceito que envolve as cotas raciais, bem como da ideia de que o cotista tem menos mérito do que o que ingressa por ampla concorrência.

Dos 17 alunos que entraram via cotas raciais na UFMA, 3 universitários afirmam que conhecem as cotas, mas não concordam. O que chama muita atenção já que se utilizam das cotas para cursarem a universidade e ainda assim, consideram que ela não é algo positivo. Se analisarmos casos como esses, podemos relacionar o não concordar com a opinião em massa, ou seja, a influência social veiculada na mídia e nos meios de comunicação. Digo isso porque ser contra algo que lhe beneficia me parece incoerente. A maioria, 12 universitários, afirmam que conhecem e concordam e 1 diz que não conhece e não sabe se concorda (embora tenha ingressado pelas cotas).

Acrescento que embora muitos se utilizem do argumento de que haveria uma dificuldade dos alunos cotistas em se manterem na universidade, 7 dos 17 cotistas estavam nos semestres finais na data da pesquisa, ou seja, mais uma prova de que não há nada que comprove o baixo desempenho desses estudantes no curso.

Tendo em vista todo esse cenário social vivido atualmente no Brasil, é importante ressaltar que os dados coletados através da pesquisa na UFMA foram muito relevantes, já que se percebe que há um acesso a informações sobre as questões raciais. Embora seja evidente a influência que essas pessoas sofrem da mídia, meios de comunicação e etc., fica claro que muitos apenas reproduzem o que ouvem. O resultado disso é a luta incessante pela meritocracia. Um termo muito utilizado por aqueles que preferem fechar os olhos diante de uma realidade tão clara ao assumir os discursos de que todos somos iguais, e por isso devemos ter as mesmas oportunidades.

Não há como não evidenciar a falta de informação que há sobre as questões raciais e sobre a política de cotas, já que embora a maioria tenha afirmado conhecer, muitos não conseguem argumentar sobre suas opiniões. Isso é resultado da falta de aulas e debates nas escolas e universidades, onde percebemos que a explicação de conteúdos relacionados a essas questões, geralmente, parte de um ou outro professor que tem alguma relação com a questão.

A questão da identidade também é algo que é difícil, não só nos universitários, mas na população grajauense, digo isto porque a fuga pela denominação negra é perceptível, muitos encontram no termo pardo um mecanismo de disfarçar sua cor. Já que o negro, infelizmente, ainda é relacionado ao indesejado. Acredito que por esse preconceito tão grande contra os negros as cotas raciais sejam tão polêmicas até os dias atuais.

## 4 OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DIANTE DAS COTAS RACIAIS

Através da oportunidade de convivência com alunos do ensino médio nos estágios ao longo do curso, percebi que havia, em grande parte dos alunos, um desconhecimento sobre as questões raciais e assuntos relacionados. Tal experiência me impulsionou a pesquisar a identidade desses alunos, como eles se identificam e quais seus conhecimentos sobre a política de cotas raciais.

Na oportunidade de participar da pesquisa intitulada “Entre o ensino médio e a universidade: política de cotas raciais e discursos de autoafirmação de estudantes negros”, pude acompanhar um pouco da rotina de uma escola de ensino médio da rede pública de ensino, percebendo as dificuldades identitárias dos alunos e a falta de interesse por temas que envolvam as questões raciais. Nesse sentido, penso como Alcântara (2015), que afirma que “a escola brasileira é produzida por uma sociedade racista e colonizada, fazendo com que também seja um espaço da *colonialidade*. Todavia, essas relações de poder não são estabelecidas por uma única via”. O autor ainda acrescenta que há sim a possibilidade de reverter esse cenário e transformar essa realidade formando uma escola antirracista.

Neste capítulo, procuro debater sobre a dificuldade que os alunos do ensino médio enfrentam em se identificar como pertencente a alguma raça e principalmente na fuga pela denominação negro, algo que foi encontrado com muita frequência durante a observação na escola e confirmou-se nos questionários. Entendo que a busca por qualquer outra denominação que não seja o negro seja resultado dos preconceitos carregados pela sociedade desde o tempo da escravatura, mesmo depois da mestiçagem.

### 4.1 “Moreno, pardo, café com leite. Negro não”

A cidade de Grajaú, não diferentemente do Brasil, é uma cidade carregada por um conservadorismo e um preconceito que atinge negros, índios, homossexuais e todos que não façam parte de uma “normalidade” estipulada por padrões. O resultado desses preconceitos é a “ausência de pessoas negras” na cidade, digo isto porque as pessoas de Grajaú, geralmente não se afirmam enquanto negros, e embora a cor da pele seja preta, é comum que essas pessoas se vejam como pardas, morenas e qualquer outra denominação que não seja o negro.

Tabela 04: Identificação racial.

| Qual raça você se identifica? |        |
|-------------------------------|--------|
| Negro                         | 24,75% |
| Branco                        | 28,71% |
| Indígena                      | 0,99%  |
| Outro                         | 42,57% |
| Não sei responder             | 2,97%  |

Fonte: Autora, 2018.

Na tabela acima, a pergunta é “Qual raça você se identifica?” Percebemos que 24,75% dos alunos se identificaram como negros, 28,71% brancos, 0,99% indígenas, 42,57% afirmaram que pertencem a outra raça e 2,97% disseram não saber responder. Ao relacionar os dados apresentados acima com os do município (IBGE, 2010), percebe-se que há uma grande diferença, já que no município há 67,5% de negros; 25,5% de brancos; e 7% de índios. Essa discrepância se dá, principalmente, por não aparecer o termo pardo nas opções. A opção “Outro” foi a que teve mais resposta, nesta havia termos como: moreno, pardo, mulato e etc.

Esse resultado pode ser explicado pelo histórico do negro no Brasil, mencionado no primeiro capítulo. Munanga (1999) deixa claro que as perspectivas pós-abolição das elites brasileiras pensavam a construção de uma unidade nacional, na qual o negro não cabia e os imigrantes se enquadrariam nos valores nacionais.

Embora o fim da escravidão negra tenha acontecido (teoricamente), perpetuou-se a ideia de que esta etnia é inferior a etnia colonizadora e o preconceito apenas maquiou-se para algo mais “sutil”, que é invisível aos olhos daqueles que consideram tais atitudes como brincadeiras. Ser negro no Brasil é conviver com as mais diversas situações constrangedoras que parecem fazer parte do dia a dia. Evidenciam-se identidades cujas vivências foram e são mediados pelas condições sociais concretas que inseriu e mantém a maioria dessa população entre os pobres, miseráveis, subempregados, desempregados, analfabetos e despossuídos em geral. Observa-se ainda que, no campo das relações étnicas no Brasil, há uma política de não-representatividade da população negra, o que implica em identidades não-manifestas, em benefícios negados. Diante desse cenário nada vantajoso o “ser negro” é indesejado, e a falta de informação nas escolas, nas mídias, nas redes sociais e em outros meios de comunicação, agrava esta análise. A mídia passa a imagem do negro como o empregado, o favelado, o funkeiro, o pagodeiro, o bandido. Os jovens, em meio a tanta desinformação, passam a

acreditar na perspectiva que está ao seu alcance, e a rejeitar tudo aquilo que é rejeitado pelas maiorias. A mudança de ideologia e de opinião torna-se cada vez mais improvável. No contexto da discriminação e do racismo institucional, Carvalho (2016) destaca principalmente que a identidade é um importante instrumento de superação dessas desigualdades, onde a igualdade racial passa a ser pautada como um direito primordial, todavia, as leis que buscam a garantia desses direitos, são analisadas por um judiciário que ainda convive com o mito da democracia racial, com a meritocracia, o que invisibiliza a real dimensão do racismo.

Como Alcântara (2015), penso que a luta reparatória e afirmativa a favor da questão étnico-racial negra que vem se construindo aos poucos, nas últimas décadas, é uma iniciativa que vislumbra mudar o quadro de preconceito e discriminações vigentes nos diversos espaços sociais, inclusive, senão principalmente, nas escolas.

Como argumenta Cunha Jr. (1998, p. 52):

As restrições sociais e de representação de que somos alvo dão um contorno de identidade ao grupo social [...] O racismo brasileiro utiliza o critério étnico para definir as possibilidades de representação dos afrodescendentes na sociedade. Cria as ideologias capazes de produzir as exclusões, as participações minoritárias. Produz o material de sua justificativa, legitimação e manutenção. Combina as formas ideológicas com as outras violências num processo de dominação, em que classe, etnia e gênero definem as possibilidades dos grupos sociais afrodescendentes nas estruturas de classes sociais.

Na tabela 05, a seguir, pode-se perceber a mudança nas respostas comparadas com a tabela 04, já que nesta, a pergunta foi baseada na pergunta realizada pelo IBGE, a opção no termo parda, possibilita perceber que a maioria daqueles que marcaram “outro” na pergunta anterior utilizam-se do termo para identificar sua cor.

Tabela 05: Identificação racial.

| <b>De acordo com os termos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) para indicar a questão étnico-racial, qual cor ou raça você se identifica?</b> |        |
|---|--------|
| Amarela   | 2,97%  |
| Branca  | 19,8%  |
| Indígena  | 0,99%  |
| Parda   | 60,39% |
| Preta   | 14,85% |
| Não sei responder   | 1,98%  |

Fonte: Autora, 2018.

Na tabela 05, pode-se constatar os seguintes dados: 2,97% dos alunos afirmam ser amarelos, 19,8% afirmam ser brancos, 0,99% se diz indígena, 60,39% disseram ser pardos, 14,85% se afirmam pretos e 1,98% não sabem responder. Nesse resultado, podemos observar uma maior proximidade com os dados do IBGE, já que 75,24% dos alunos afirmaram ser negros (pretos ou pardos), 22,77% são brancos (brancos e amarelos), e 0,99% indígenas.

Destaco aqui novamente o número de pardos, termo mais formalmente utilizado no Brasil, e que caracteriza alguém de origem multirracial. Em países de língua portuguesa, são usados com o mesmo significado os termos mulato ou mestiço. De acordo o IBGE, o grupo pardo é grupo intermediário de cor no Brasil tornando-se fundamental para se compreender o que é ser negro no Brasil. Nessa interpretação, a atribuição de negritude seria altamente afetada pelo lugar socioeconômico ocupado pelo indivíduo (a partir de critérios como renda, escolaridade e status ocupacional). Até mesmo indivíduos brancos, a depender de seu lugar socioeconômico, poderiam ser classificados socialmente como pardos ou pretos. Nesse contexto, identifica-se a existência de uma “saída de emergência” para o pardo, que seria um conjunto de oportunidades de diferenciação e da fuga da classificação como negro.

#### **4.2 “Cotas raciais? Nunca ouvi falar”**

Cotas raciais, seria esse um tema de pouca importância para alunos do ensino médio? Seria desinteressante estudar sobre a história e cultura dos povos indígenas e africanos na escola? É obrigação da escola tratar sobre esses temas?

A lei 10.639 que foi implantada em 2003, há 15 anos, determina que todas as instituições de ensino devem incluir a história e cultura africana em sala de aula, esses temas são chamados de temas transversais, ou seja, não há uma disciplina específica que deva trabalhar sobre isso. Isso acontece como mecanismo para que todos os professores discutam sobre temas como esses em suas aulas, independentemente da disciplina ministrada. Passada mais de uma década, a realidade está longe do que prevê a lei.

Durans (2015) afirma que o processo de inclusão da questão racial na escola constitui na atualidade uma das finalidades das políticas educacionais. A autora ainda acrescenta que o Estado tem o papel e a responsabilidade de promover o debate racial, através da introdução da educação das relações étnicas e raciais no currículo escolar.

Com base na pesquisa, a convivência no ambiente escolar e com base em estágios e outras experiências, não é difícil de perceber a “ignorância” por parte dos alunos sobre assuntos que envolvam questões raciais. Preconceito contra índios e negros, não custam a

aparecer, seja em forma de brincadeiras ou de atitudes. Pensando nessa desinformação sobre temas correlatos, analisa-se a tabela abaixo.

Tabela 06: Índice sobre o conhecimento sobre cotas raciais.

| <b>Você conhece a política de cotas raciais para estudantes negros e indígenas entrarem na universidade?</b> |        |
|--|--------|
| Sim  | 33.66% |
| Não  | 61.39% |
| Somente para negros  | 1.98%  |
| Somente para índios  | 2.97%  |

Fonte: Autora, 2018.

As respostas são surpreendentes, já que 33,66% dos alunos afirmam conhecer a política de cotas raciais, 61,39% afirmam que não conhecem, 1,98% dizem conhecer apenas cotas para estudantes negros e 2,97% afirmam que conhecem cotas apenas para indígenas.

Acredito que esses números sejam o resultado da falta de informação nas escolas sobre temas que envolvam a questão racial. Isso chega a ser uma enorme contradição, já que vivemos em um país onde há uma diversidade de raças, e as influências de tais nos cercam de continuamente. Pode ser que esse “não conhecer as cotas” seja apenas um alerta de quanto os jovens se preocupam pouco com questões relacionadas ao tema, no entanto até isso torna-se reflexo do país que foi construído com base na ideia de superioridade de raça e que mesmo depois de mais de meio milênio, predomina-se aquilo que os portugueses denominaram quando chegaram as terras brasileiras.

Penso que há uma deficiência também, na formação de profissionais “desconstruídos” (uso esse termo para apontar pessoas que tenham se desligado dos conceitos construídos ao longo da vivência no ambiente onde só se transmite preconceitos). A existência de profissionais que se utilizem do ambiente escolar como um lugar para evidenciar que não há superiores ou inferiores, certamente mudaria esse cenário atual. Reconheço que a lei 10.639 não transformaria, em um piscar de olhos a realidade, e o fundamento eurocêntrico da educação brasileira é um dos principais entraves para que a lei seja cumprida. Não é fácil mudar uma realidade histórica, onde foram formadas muitas gerações, isso leva tempo, e creio que seja necessário um maior esforço político e social.

Grande parte desses alunos que responderam ao questionário fizeram a prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) no ano de 2017. O fato da maioria não conhecer a política de cotas raciais pode gerar o uso indevido por parte de alguns, ou a falta do uso por aqueles que gozam do direito, mas por falta de conhecimento prefere não utilizar.

Se formos analisar os dados do ensino médio, percebe-se que dos alunos deste segmento, 33,66% conhecem a política, enquanto 76,92% dos acadêmicos da UFMA a conhecem. Pode ser que escolher pelo SISU e ter que escolher ou não o uso das cotas, influencie o conhecimento dos alunos universitários, pois como citado anteriormente, no ensino médio pouco se fala sobre o assunto.

Se a falta de incentivo para a especialização e todas as dificuldades inerentes à docência são conhecidas, as iniciativas individuais dão o tom na inserção da cultura e história afro-brasileira nas escolas. Percebo que há bastante interesse do professor em mudar essa realidade. Precisamos combater o racismo, produzir mais conhecimentos sobre história e culturas negra e indígena, disponibilizar mais espaços de formação inicial e continuada para essas temáticas, mas sempre lidando com dificuldades de infraestrutura e recursos, tanto nas escolas quanto nas universidades.

O pouco conhecimento referente as cotas no ensino médio simboliza um apontamento para a sociedade que está sendo formada. Em Grajaú há um grande percentual de alunos que concluem o ensino médio e encerram a vida escolar, sendo que a falta de uma educação mais voltada a questões raciais resulta em mais pessoas com pouco conhecimento sobre essas questões e conseqüentemente repercutindo as concepções construídas na sociedade racista na qual vivemos.

Tendo em vista que a minoria conhece as cotas, veremos como eles respondem em relação a concordar ou não com as cotas.

Tabela 07: Opinião dos alunos sobre as cotas raciais.

| <b>Você concorda com a política de cotas raciais para estudantes negros e indígenas entrarem na universidade?</b> |        |
|---|--------|
| Sim   | 51.49% |
| Não   | 33.66% |
| Somente para negros   | 0%     |
| Somente para índios   | 1.98%  |

|                   |        |
|-------------------|--------|
| Não sei responder | 12,87% |
|-------------------|--------|

Fonte: Autora, 2018.

Sobre concordar ou não com a política de cotas raciais para estudantes negros e indígenas ingressarem na universidade com a política de cotas, 33,66% não concordam, 1,98% concordam apenas para indígena e 12,87% afirmam que não sabe responder.

O dado que chama atenção é que embora 61,39% não conheçam as cotas, apenas 12,87% afirmam não saber responder se concorda ou não. Ou seja, há pessoas que, embora não possuam um conhecimento sobre a política possui uma opinião favorável ou contrária às cotas. Isso pode se justificar pela difusão de informações pelos meios de comunicação. Um fato que pode também justificar essa contradição é ter respondido baseado na resposta do outro, ou seja, se ele concorda eu também concordo, mesmo sem conhecer sobre tal.

Telles (2003) acentua que a política de ações afirmativas foi a maior intervenção do governo em relação a questões raciais e acrescenta que o governo sempre esteve envolvido em determinação racial no Brasil. Isso inclui a deliberada importação de europeus no objetivo de branquear a sociedade brasileira.

A maioria dos alunos afirma concordar com a política de cotas raciais nas universidades, 51,49%, isso nos mostra que a grande maioria dos alunos e universitários (57,69%) acreditam que em uma sociedade racista como a que vivemos, sendo que as cotas raciais são uma forma para que possamos aos poucos alcançar uma igualdade de direitos. Há uma metáfora utilizada por Borges (2002, p. 67) que acredito explicar bem a ideia das cotas, o autor compara as cotas com uma corrida e cita:

Imaginem dois corredores, um amarrado e outro solto. É claro que o corredor solto ganha sempre. Mas um dia a plateia dessa competição imaginária chega à conclusão de que essa situação é injusta. À custa de muita pressão, consegue-se convencer os organizadores a cortar as cordas que prendiam um dos corredores. Só que ele continua perdendo. Motivo: seus músculos estão atrofiados pela falta de treinamento. Se tudo continuar como está, a tendência é de que ele perca sempre. Que fazer para promover a igualdade de condições entre os dois corredores? Alguns sugerem que se dê um treinamento especial ao corredor que estava amarrado. Pelo menos durante algum tempo. Outros defendem uma medida mais radical: por que não lhe dar uma vantagem de dez metros em cada corrida? Logo se ouvem vozes denunciando que isso seria discriminação. Mas há quem defenda: discriminação, sim, mas positiva, porque visa promover a igualdade, pois tratar igualmente os desiguais é perpetuar desigualdade.

O fato de a maioria das pessoas concordarem com as cotas é importante porque demonstra que mesmo com a deficiência de uma educação mais voltada a questões raciais, as pessoas percebem o grau de diferenciação que há entre as etnias, e que a ideia de uma meritocracia é muito falha. Entender que há sim racismo no Brasil é um pontapé inicial para o

combate. E perceber que a população negra e indígena ainda vive de forma desigual em um país onde há grande predominância desses povos é fundamental para pensarmos sobre o que ocasiona tal desigualdade. A ausência de pessoas negras e indígenas nas universidades antes das cotas não sinaliza que essas pessoas não tenham a capacidade de estarem nesses ambientes, mostra apenas que precisávamos de mais oportunidade para aqueles que não possuíam.

Camargo (2015) considera que a assimilação da meritocracia por parte dos alunos cotistas traz implicações danosas, já que se baseia na ideia de que os alunos do ensino superior conseguem seus lugares no ensino superior através de méritos próprios. A meritocracia descarta os elementos como a qualidade de ensino, os acessos pedagógicos, culturais e financeiros.

Com base nas respostas dos questionários, percebemos que há grande porcentagem de negros tanto na universidade como nas escolas de Grajaú, e que concordam com as cotas. Mas será que esses alunos do ensino médio pretendem utilizá-las como método para ingressar no ensino superior? Ou será que embora concordem, acreditam que ser cotista é sinônimo de ter menos capacidade?

Tabela 08: Índice de alunos que pretendem entrar na universidade.

| <b>Você pretende ingressar em uma universidade?</b> |        |
|---|--------|
| Sim   | 95.05% |
| Sim, através das cotas                              | 1.98%  |
| Não   | 0.99%  |
| Não sei responder                                   | 1.98%  |

Sobre ter pretensão em ingressar em uma universidade, 95,05% afirmam pretender ingressar em uma universidade, 1,98% afirmam que pretendem ingressar através das cotas, 0,99% afirma que não pretende ingressar e 1,98% dizem não saber responder.

Surpreendentemente, apenas 1,98% (2 alunos) dos 101, pretendem utilizar as cotas. Isso chama a atenção, já que mais de 70% desses alunos se declararam negros (pretos e pardos) e 51,49% afirma concordar com a política, ainda assim apenas dois alunos se dizem interessados em utilizar as cotas. Com isso, podemos perceber o preconceito que há em relação as cotas, pois o mito de que os alunos cotistas são menos capazes do que aqueles que

ingressam por ampla concorrência, permeia tanto a universidade como o ensino médio. Inclusive há pessoas que pensam que os cotistas têm baixo rendimento, o que não fica confirmado em pesquisas já realizadas em universidades brasileiras.

Entendo que “a processualidade das cotas parece sugerir ao estranho uma trajetória de esforço e tentativa de assimilação de um modo de ser ‘universal’ (não cotista)” (Camargo 2015, p.105). A ideia de que o negro se autodiscrimina pode ter uma relação com o que é apontado acima, já que esse receio de utilizar as cotas aparece como uma tentativa em ter que concorrer como ampla concorrência para mostrar a si mesmo que é capaz, sendo que o problema é que o fator preponderante é a oportunidade, e essa, sabemos que é bastante desigual.

Camargo (2015) ainda enfatiza o fato da crença de muitos de que o negro se autodiscrimina, nesse ponto, o autor evidencia que tanto negros como os brancos interiorizam crenças baseadas em estereótipos construídos ao longo do tempo. Desse modo, as pessoas brancas desenvolvem preconceitos acerca da negritude e pessoas negras também fazem o mesmo. Isto pode ser evidenciado através da desqualificação de suas características físicas, e na busca pelo ideal baseado em traços físicos europeus.

Tabela 09: Identificação de cor e etnia dos alunos.

| <b>De acordo com os termos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) para indicar a questão étnico-racial, qual cor ou raça você se identifica?</b> |        |        |           |       |                   |
|---|--------|--------|-----------|-------|-------------------|
|   | Negros | Branco | Indígenas | Outra | Não sei responder |
| Branca  | 1      | 19     |           |       |                   |
| Amarela   |        |        |           | 3     |                   |
| Indígena  |        |        | 1         |       |                   |
| Parda   | 9      | 10     |           | 39    | 2                 |
| Preta   | 15     |        |           | 1     |                   |
| Não sei responder   |        |        |           |       | 1                 |

Na tabela acima, faço uma análise sobre a cor que os alunos se identificam e a etnia. Os números mostram que de 20 pessoas que se denominaram brancas, 1 afirma pertencer a raça negra e 19 a raça branca; as 3 pessoas que se denominaram como amarelos afirmam pertencer a uma outra raça/etnia; 1 pessoa se denominou como indígena e de raça indígena; das 60 pessoas que se denominaram como pardas, 9 se afirmam como negros, 10 como

brancos, 39 dizem pertencer a uma outra raça/etnia e 2 não afirmam que não sabem responder; das 16 pessoas que se afirmaram pretos, 15 afirmam ser negros e 1 afirma ser pertencente a outra raça/etnia, 1 não sabe responder cor e nem raça/etnia.

Com base nesses dados, percebe-se que as pessoas que se denominaram como pardas, a maioria (39), não se afirmam como pertencentes nem a raça branca nem negra, mas sim a uma outra raça, e neste ponto, volto a questão da fuga pelo termo negro. E 10 afirmam que pertencem a raça branca, essa identificação é diferente da que o IBGE utiliza, pois categoriza pretos e pardos pertencentes a raça negra. 9 dos pardos se denominaram como negros. Consideramos que esse processo requer ainda muitas reflexões, pois, para Ferreira (2000) é muito comum a pessoa, principalmente no caso do mestiço, com características “negroides” leves e com posição social elevada, ser considerado branco.

A fuga da negritude tem sido a medida da consciência de sua rejeição social e o desembarque dela sempre foi incentivado e visto com bons olhos pelo conjunto da sociedade. Cada negro claro ou escuro que celebra sua mestiçagem ou suposta “morenidade” contra a sua identidade negra tem aceitação garantida. O mesmo ocorre com aquele que afirma que o problema é somente de classe e não de raça. Esses são os discursos politicamente corretos de nossa sociedade. Alcântara (2015) afirma que espaços que são elementares na construção de nossas identidades, como a escola e instituições de ensino, funcionam como basais no incentivo ou na repressão da afirmação da identidade negra. Assim, uma educação focada no respeito e incentivo à cultura e história dos povos que foram e são inferiorizados se tornaria uma chave principal na mudança e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A identidade negra no Brasil é importante conforme Munanga (2004) afirma acerca dos conceitos de negro e branco no Brasil que não tem mais uma relação com a questão biológica, e sim com questões políticas e ideológicas, considerando um país como o Brasil onde existem pessoas negras que não se auto afirmam como negras por medo e vergonha, tornando esse processo da autoafirmação doloroso e complicado.

Munanga ainda destaca que o processo de construção das identidades pessoais, social e étnico-racial é algo bem dinâmico, pois se faz no processo histórico. O autor declara que: “Não é fácil definir quem é negro no país”, pois em um país que se estruturou com a miscigenação étnico-cultural e desenvolveu o desejo de branqueamento para evitar a ascensão da população negra, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não.

Ser negro é antes de mais nada, sentir-se pertencente a tal etnia, é viver essa cultura tão rica, e conviver em uma harmonia e orgulho de ser pertencente a uma etnia que sofreu e sofre muito com a forma de construção do país. Mas que simboliza, principalmente luta, uma

luta incessante por seus direitos, o que a torna cada dia mais forte e de uma beleza única e que foge aos padrões estabelecidos por um estereótipo que favorece apenas os descendentes de traços europeus. As pessoas precisam aprender a desaprender que há algo errado em ser negro, que a beleza vai além dos estereótipos que a mídia estipula. Talvez no dia em que isso acontecer, teremos, enfim, uma sociedade livre de seus preconceitos e aí sim, as cotas não serão mais necessárias. Até lá que elas continuem oportunizando a negros e índios direitos de terem vidas mais dignas e que consigam se aquilo que quiserem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que há uma equiparação do número de universitários em relação a questão étnico-racial no que diz o IBGE. Ou seja, temos um número considerável de pessoas negras (pretas e pardas) no ambiente acadêmico, o que já é uma grande conquista se levarmos em conta que antes da implantação das cotas apenas algumas pesquisas mostravam que apenas 3% dos universitários eram negros, um número muito alarmante se considerarmos vivermos em um país de uma diversidade étnica imensa.

É importante ressaltar que a cidade de Grajaú vivencia uma dificuldade em definir o que é pardo, a ideia de que o pardo é aquele que possui pele branca e cabelo preto é repetida frequentemente, e embora não exista um estudo aprofundado sobre isso é uma realidade que deve ser colocada em pauta, pois isso pode relativizar os dados apresentados aqui como os do IBGE. Assim como há aqueles que têm a tonalidade de pele preta, mas se afirmam pardos como uma fuga.

Tanto em situações cotidianas na cidade de Grajaú como na Universidade, é muito comum que as pessoas tenham um receio em se afirmar como negros. Digo isto, porque levando-se em consideração o critério de cor de pele, o número de pretos aparenta ser maior do que o que foi constatado no trabalho. As pessoas ainda permanecem em uma ideologia histórica construída na descoberta do Brasil de que ser negro está relacionado a coisas inferiores. Embora o número de universitários dos dois anos finais do curso seja consideravelmente menor do que os dos dois anos iniciais, se fizermos um paralelo sobre a identidade desses acadêmicos, nos deparamos com um dado interessante. Daqueles que estavam iniciando o curso, 65,22% se afirmaram como negros (pretos ou pardos), enquanto 80% dos que estão nos anos finais se afirmam negros (pretos e pardos). De acordo com a convivência com essas pessoas, é notório que há mais pessoas negras nas turmas de calouros. Isso pode ser explicado com a ideia de que os alunos que estão nos anos finais do curso já tiveram disciplinas sobre diversidade, e pode ainda ser um bom resultado do curso de Licenciatura em Ciências Humanas, levando-se em conta que houve uma maior aceitação em relação a cor de pele. Ou seja, o curso pode ter sido um agente de desconstrução de preconceitos trazidos através da construção histórica do Brasil.

Ainda que a maioria dos universitários tenha afirmado que conhecem a política de cotas raciais, o fato de pouco mais de 20% afirmarem não conhecer é um dado relevante, isso porque eles ingressaram na universidade através do SISU, por isso todos tiveram que escolher se concorreriam a vaga via cotas ou ampla concorrência. O dado nos permite inferir que eles

são pouco informados sobre assuntos que envolvam a questão de diversidade. Digo isso baseada, principalmente, no resultado coletado na pesquisa no ensino médio onde mais de 60% dos alunos afirmaram não conhecer a política de cotas. Algo alarmante, já que se trata de alunos nos anos finais do ensino médio e como a maioria afirmou ter pretensão de ingressar no ensino superior, terão que optar por cotas ou ampla concorrência. Isso é mais um resultado de uma sociedade racista e que não se compromete na busca por igualdade. Conhecer sobre a política de cotas é de suma importância, mas os principais meios de comunicação e ambientes sociais não firmam um compromisso com esse tipo de informação.

Considero que uma educação voltada a desconstruir o que fomos ensinados durante mais de quinhentos anos, que nos permita perceber que somos iguais, independentemente da cor de pele, raça ou etnia seja de suma importância para a mudança desse cenário constatado nos dias de hoje. Um maior incentivo as questões raciais seria um pontapé inicial para um fim do racismo.

A maioria de todos os entrevistados concorda com a política de cotas raciais. E em suas justificativas atribuem a elas a importância e o papel de construir uma sociedade mais igualitária. Alcântara (2011) afirma que “o preconceito racial está presente no dia-a-dia da cidade, nos olhares, nas falas, nas piadas, na ausência dos negros em lugares de destaques no cenário político e social”. Baseado nisso, acredito ainda que quanto mais negros existirem médicos, advogados, professores universitários, engenheiros e profissões consideradas destaques, maior a possibilidade das pessoas se orgulharem da etnia a que pertencem, perceberem que ser negro não é sinônimo de inferioridade e encontrarem forças para viver uma cultura tão importante e que lutou muito por direitos que veem sendo conquistados, dentre eles o direito de estarem na universidade.

Quando decidi pesquisar esse tema, diversas situações se tornaram frequentes, uma delas foi um estranhamento das pessoas como o fato me interessar por questões raciais, mesmo sem ter sofrido preconceito racial. Sobre isso, acredito que a luta contra o racismo deve ser de todos, independentemente da cor. Acredito que o racismo só terá fim quando brancos, negros e índios perceberem o problema e buscarem soluções. Percebo que essa luta também é minha, parda, de cabelos loiros e que luta por uma igualdade racial.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Ramon Luis de Santana. **Formação para a diversidade?** Desafios da formação de professores em Grajaú-MA. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís, 2015.

ALCÂNTARA, Ramon Luis de Santana. **Colonialidade e Licenciatura:** formação de professores como um campo de problematização das relações étnico-raciais. In: Encontro Comemorativo dos 30 anos do NEAB/UFMA. Outubro de 2015. São Luis – MA.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, Outubro, 2004

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Para além das "relações raciais": por uma história do racismo. In: SILVA, J. P. et al. (org.) **Crítica Contemporânea.** p. 129-148. São Paulo: AnnaBlume, 2002..

BORGES, Edson. **Racismo, preconceito e intolerância.** São Paulo: Atual, 2002.

CAMPOS, Luiz Augusto. **Revista de Sociologia e Política,** n. 41. p. 53-73. Curitiba, 2012.

CAMARGO, Amilton Carlos. **As cotas raciais na Universidade Federal do Maranhão: a trajetória do estranho.** Tese (Doutorado). – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Da igualdade.** Correio Braziliense, 26/06/2006

CARVALHO, Josélda Fraga Costa. **A oportunidade da cor:** Judicialização das cotas sócio-raciais da UFMA. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.

CUNHA JR., Henrique. Etnia Afrodescendente, Pluriculturalismo e Educação. **Revista Pátio.** Artes Médicas. Agosto/outubro, 1998.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **História da Educação do Negro e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo.** Março, 2007.

DURANS, Claudicéia Alves. **Políticas de ações afirmativas e a questão racial:** a promoção da igualdade sócio-racial é possível por meio da educação? In: Encontro Comemorativo dos 30 anos do NEAB/UFMA. Outubro . São Luis – MA, 2015.

FAUSTO, Boris. **A História do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995 - (Didática, 1)

FONSECA, Marcus Vinícius. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil. **Educação em revista**. Belo Horizonte, MG, UFMG, Faculdade de Educação, número especial, set/2000.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil Resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX. **NOVOS ESTUDOS**, n. 74. Março, 2006.

MACIEL, Regineire Oliveira. **Ações Afirmativas e Universidades: uma discussão do sistema de cotas da UFMA**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. Ser camponês, ser “remanescente de quilombos. **ILHA Revista de Antropologia**. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/viewFile/1558/1354>. Acesso 05/10/2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil - Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-66, 2004.

NUNES, Antonio de Assis Cruz. **O sistema de cotas para negros na Universidade Federal do Maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afro-maranhense**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília – SP, 2011.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. Ações afirmativas: uma proposta de superação do racismo e das desigualdades. **R. Pol. Públ.** São Luís, v.14, n.1, p. 67-76, jan./jun., 2010.

TELLES, Edward. **Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2003.